

# Ainda a Constituinte

O GLOBO

L.G. NASCIMENTO SILVA

ANC pg

"A confusão era geral". Machado de Assis

4 JUL 1987

A Comissão de Sistematização da Constituinte deu por terminado o seu trabalho propondo ao plenário uma Constituição com 501 artigos! Quando se esperava que apresentasse ela um texto sóbrio, aparando as demasias das subcomissões que não deveriam ser acolhidas em um texto constitucional, a Comissão tudo aceitou e mandou para a frente.

O relator, Deputado Bernardo Cabral, explicou ao plenário que, em seu trabalho, limitou-se ele a respeitar todos os dispositivos aprovados pelas Comissões. Nada podou, nada reduziu, e dirigiu ao plenário um massudo texto difícil de digerir.

Agora o trabalho final da Constituinte far-se-á com maior dificuldade e os excessos, os dispositivos que não são verdadeiramente de natureza constitucional, e que, portanto, não deveriam ser acolhidos pela Carta Constitucional mais dificilmente serão expurgados.

Entretanto, o trabalho da Comissão de Sistematização deveria se fazer exatamente no sentido de escoimar do texto constitucional tudo aquilo que, por sua natureza, deveria ser deixado para a legislação ordinária.

Parece, entretanto, que a preocupação dos constituintes foi a de dar uma abrangência total a todos os possíveis problemas que possam ocorrer na vida da sociedade, e aprisioná-los no imobilismo e na supremacia das regras constitucionais.

Por exemplo, impor aos patrões a obrigação de manter uma mão-de-obra indemissível, seja na bonança, seja na intempérie, é obrigá-los a sustentar inativa uma parcela de empregados que pode ser considerável. Isso poderá prejudicar nossa produção, como nosso comércio, de modo irremediável, pois constando do texto constitucional a indemissibilidade, só uma reforma constitucional pode dar solução ao problema.

Quem se der ao trabalho de ler com atenção o anteprojeto, porém, não deixará de assustar-se. Foi o que ocorreu com o Presidente José Sarney, que no último domingo o pôde ler, chegando à conclusão de que ela, Constituição, tal como proposta, "abriria uma grave crise que tornaria o País ingovernável". Daí partir para a apresentação de um projeto próprio para encaminhá-lo à Assembléia Constituinte como contribuição do Executivo.

É esdrúxulo esse procedimento. A Constituinte, afinal,

é soberana, e não deve dar acolhida, nesta fase de seus trabalhos, a substitutivo algum senão aos apresentados pelos próprios constituintes. Mas, o propósito do Presidente é certamente o de prestar uma contribuição válida. Preocupa-se ele especialmente com o sistema de governo, não vendo claro no anteprojeto se o regime será afinal parlamentarista ou presidencialista, pois o anteprojeto cria uma mixórdia de poderes distribuídos entre um Presidente, um Primeiro-Ministro, um Conselho de Ministros e, ainda de quebra, uma Câmara de Deputados e um Senado, todos com poderes que acabam conflitantes, e que poderão, sem dúvida, gerar uma paralisação do processo decisório.

A confusão é tanta que agora o zeloso Senador José Richa faz uma proposta inusitada: a suspensão dos trabalhos da Constituinte porque a Comissão de Sistematização tem de compatibilizar os trabalhos das comissões temáticas em 30 dias e poderíamos dar ao relator prazo para que produza um melhor trabalho. Preocupa-se o Senador, e com razão de sobra, com a qualidade do texto constitucional que se está produzindo, mas preocupa-se, mais ainda, com a difícil conjuntura do País. A crise política e administrativa que se instaura no País se agrava. A Aliança Democrática parece-lhe que não mais existe. Agora é um salve-se quem puder. Daí propor ele a suspensão dos trabalhos constituintes para tratar das questões conjunturais, que lhe parecem mais urgentes.

Os políticos têm grande sensibilidade. Eles são agora os senhores do desenvolvimento do processo político nacional. Se se preocupam tanto é que há motivo para isso. Não há fumaça sem fogo. Se há risco de ruptura da Aliança Democrática, e certamente existe, há ainda outro risco que poderá fragmentar, mais ainda, o tênue tecido partidário: o de uma cisão no próprio PMDB, dadas as divergências do grupo liderado pelo Senador Mario Covas com relação à política e à administração do Governo. Essa cisão poderá rachar o partido.

Tudo isso enfraquece a posição do País em sua delicada negociação da dívida externa que precisamos fazer com urgência, e que nos deve merecer toda a prioridade. O momento para chegarmos a um acordo é agora, não mais tarde.

Esperemos que os bons fatos nos ajudem.